

# Camponeses: um olhar nos primórdios da modernidade

Tarcísio Vanderlinde<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo busca analisar o camponês a partir da modernidade e a forma como a historiografia o percebe. Contempla-se, na análise, a Guerra dos Camponeses na Alemanha em 1525, e discutem-se no contexto as ações de Martinho Lutero e Thomas Müntzer.

**Resumen:** El artículo busca analizar el campesino a partir de la modernidad y la forma como la historiografía lo percibe. Se contempla en el análisis, la Guerra de los Campesinos en Alemania en 1525, y se discuten, en el contexto, las acciones de Martinho Lutero y Thomas Müntzer.

**Abstract:** This article seeks to analyze the peasant/small farmer based on modernity and on the way that historiography has perceived them. In the analysis, the Peasant's War in Germany in 1525 is contemplated and the actions of Martin Luther and Thomas Müntzer are discussed in this context.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Segundo Georges Duby, o camponês da Idade Média, na maioria dos casos, não tem história. Não porque os quadros de sua existência se mantivessem imóveis. Embora num ritmo lento, é inegável que este seguia também seu curso, e, não sem longos atrasos, mudou também. Se há dificuldade em observar as transformações, isso se deve às fontes que permitem observá-las. De modo geral, elas são provenientes quase totalmente de meios exteriores ao mundo rural, o que deforma e confunde a imagem que dele oferecem. É por isso que o historiador, às vezes, sente-se desarmado, tateante e desvia sua atenção para conventos, príncipes, construções, oficinas, entrepostos urbanos. Na visão de Duby, a limitação documental e o mau esclarecimento das mesmas fazem com que o passado do campo europeu aguarde ainda, em muitos pontos, investigações mais adequadas<sup>2</sup>.

Meu alvo são os camponeses a partir da modernidade; porém, ao abordar essa categoria, constata-se uma história de longa duração muito influenciada por concepções e correntes teóricas. O camponês é objeto deste artigo à medida que se sujeita e resiste a ações que muito mais do que auxiliá-lo, visavam tão-somente explorá-lo. No ensaio que objetiva traçar considerações sobre ele, procurou-se localizá-lo na modernidade, principalmente no século XVI, porém não seria adequado falar em camponeses restringindo-os a um século. O camponês da modernidade guarda características do camponês medieval as quais ainda podem ser encontradas no século XXI. O camponês, não raras vezes, se revela numa categoria que aponta para o homem simples, pluriativo, que não se dedicava só à terra, o homem comum de longa data<sup>3</sup>. Os camponeses são pessoas comuns que, na visão de Eric Hobsbawm, constituem de fato “pessoas extraordinárias”. São os principais atores da história, e o que realizam e pensam faz a diferença<sup>4</sup>. Informa o autor que nas sociedades tradicionais, o que corresponde à maior parte da história, os camponeses encarnavam, como de fato eram, o tipo básico da humanidade, uma vez que constituíam a grande maioria de todas as pessoas que viviam no mundo que conheciam em qualquer parte do mundo. Por outro lado, os camponeses tinham consciência de que eram diferentes das minorias não-camponesas e que quase sempre eram subordi-

---

2 Georges DUBY, *Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval*, p. 9-19.

3 Os envolvidos nas rebeliões não eram só camponeses no sentido literal, mas antes, para utilizar o termo corrente nas fontes do século XVI, o “homem comum”. O homem comum era, em todas as ocasiões, a pessoa sujeita aos senhores da nobreza e do clero. As pessoas destituídas de poder político – o camponês, o mineiro, a gente da cidade sem voz nem voto – é que eram o “homem comum”. Cf. Carter LINDBERG, *As Reformas na Europa*, p. 191-193.

4 Eric HOBBSAWM, *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*, p. 7-8.

nados e oprimidos por elas, “das quais não gostavam e nas quais não confiavam”<sup>5</sup>.

O debate teórico sobre a categoria camponês é relativamente recente, e nele os pressupostos marxistas contribuíram significativamente. Em linhas gerais, o debate se divide entre *campesistas* e *descampesistas*, termos utilizados por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva em texto intitulado *Terra prometida*. Os termos referem-se às perspectivas de se ver o futuro do campesinato. O primeiro aponta para a sua permanência e rearticulação ao longo da história, e o segundo enxerga sua extinção<sup>6</sup>. O campesinato constitui uma temática tão ampla que seu tratamento adequado exige uma abordagem multidisciplinar e o rompimento de barreiras cronológicas. É um tema central na história da humanidade e é um fator fundamental em muitos países no que se refere tanto à vida social quanto política. As discussões teóricas atuais em torno dessa categoria mostram que há transformação no que é rural e no campesinato, sem, no entanto, significar a eliminação da categoria<sup>7</sup>.

Ciro Flamarion Cardoso considera a noção de camponês como possivelmente uma das mais escorregadias em termos de definição, pois muda segundo a época, o local, os movimentos sociais e reivindicações dos camponeses. Destaca que nunca se deveria esquecer a grande heterogeneidade, no tempo e no espaço, dos campesinatos que os pesquisadores escolheram como objetos de análise. O autor alerta que o historiador do campesinato deve quase sempre trabalhar sobre ele a partir de uma documentação carregada de preconceitos a respeito de tal setor da sociedade. Ressalta que mesmo historiadores que se dizem de esquerda podem manifestar diante do campesinato posições preconceituosas, como teria feito Le Goff ao ressentir-se do comportamento camponês durante a guerra, pois, segundo ele, não manifestaram nenhuma solidariedade com seus compatriotas urbanos e se enriqueceram com o mercado negro. Cardoso estranha um comportamento desse, levando em conta o talento de historiador de Le Goff, e afirma que qualquer historiador minimamente conhecedor da História da França deveria saber que os camponeses franceses não têm razão alguma para sentir solidariedade para com seus conterrâneos urbanos. Cardoso

---

5 Ibid., p. 218.

6 Cf. em *As grandes teorias explicativas da questão agrária*, capítulo do texto escrito por Maria Yedda LINHARES e Francisco Carlos Teixeira da SILVA, p. 19-38.

7 Cf. José Murilo de CARVALHO em texto de abertura dos trabalhos para o seminário *O campesinato na História*, Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002, p. 13-15.

ênfatisa a noção vaga e carregada de estereótipos que se refere ao camponato.

“Camponato” é noção vaga, ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos; concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida desde muito antes do advento das ciências sociais. Nisto se parece a muitas outras categorias com as quais – *volens, nolens* – devem trabalhar os cientistas sociais. Sua necessidade, pelo menos para sociedades complexas que conheçam a urbanização e nas quais o camponato (seja ele o que for) não tenha sido eliminado, deriva do caráter central do que, para Marx, foi a primeira e primordial divisão social do trabalho. A percepção unificada de uma boa parte da população trabalhadora rural como camponeses, em oposição aos cidadãos, pode ser indesejável, mas é muito difícil de evitar, tão arraigada está. Trata-se, então de trabalhar com essa categoria – sempre imperfeita em sua heterogeneidade –, período a período, sociedade a sociedade, o melhor e mais rigorosamente que puder.<sup>8</sup>

Em texto teórico dos anos 80 do século passado, o debate e a pesquisa sobre o camponês são permeados de peculiaridades. Entre as razões que podem ser levantadas para explicá-las, pode ser apontado o que segue: há o fato de o camponês, numa perspectiva marxista, controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor do capital; é também uma espécie de referência, “pomo da discórdia”, sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; apresenta-se ainda o fato de o camponês trabalhar numa perspectiva familiar sem remunerar os membros da família na ótica capitalista; além disso, é ainda possível encontrar o camponês lutando por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que “recusando, a sociedade abrangente que contém e circunda”. O camponato sempre constituiu um segmento oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar, a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda. O camponês pode ser descrito de diferentes maneiras. Uma visão bastante difundida nos livros de ciências sociais é a que identifica a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz. Esse controle, que é feito com o auxílio da família e o caracteriza como um pequeno proprietário rural, é entendido por estudiosos como “camponês parcelar”. Margarida Maria Moura destaca o tom depreciativo como o camponês foi designado de longa data:

---

<sup>8</sup> Ciro Flamarion S. CARDOSO, Camponês, camponato: questões acadêmicas, questões políticas, p. 19-35.

No repertório lingüístico das sociedades agrárias, existe sempre um número expressivo de palavras que se referem ao camponês. Através de algumas delas, ele é designado; através de outras, ele se autodefine. Desde remotas sociedades, textos literários, religiosos e políticos expressam o modo depreciativo pelo qual o poder visualizava esses anônimos sustentáculos dos banquetes e das guerras. Em Roma, *paganus* designava habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado. Da palavra latina *pagus*, que tanto significa um território rural limitado por marcos como também a aldeia camponesa, ficou a palavra pago, que no sul do Brasil designa o campo onde se nasceu, o rincão de origem. *Paganus*, em latim, foi transmutado em *payan*, no francês, e *peasant*, no inglês, que significam exatamente camponês. Tomando sentido diverso do acima mencionado, *paganus* se tornou *paisano*, em português – o que não é militar. Mas também resultou em *pagão*, que quer dizer não-cristão – aquele que precisa ser convertido. Na Alemanha do século XI a *Declinatio* rústica tinha seis declinações diferentes para a palavra camponês: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e, no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis.

A autora ainda destaca que as categorias utilizadas pelos próprios camponeses para se autodefinirem não raramente indicam uma aceitação da visão depreciativa acerca de seu modo de vida. Sendo assim, consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco, reservando o antônimo destas categorias para os proprietários das grandes extensões de terra, os profissionais que representam as agências do Estado e, de modo mais ou menos genérico, os habitantes do meio urbano<sup>9</sup>.

Sobre a permanência ou não do campesinato, como já foi destacado genericamente neste texto, resulta de discussões e defesas de pontos de vista de caráter ideológico. Fica, no entanto, evidente que, se ainda existem camponeses hoje, é provável que eles não irão deixar de existir tão cedo. É notório que os processos sociais que viabilizam a existência camponesa têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que levam à extinção. De acordo com Moura, seria mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. As transformações históricas indicam que o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se mas permaneceu identificável como tal. Segundo Moura, a permanência do campesinato na engrenagem de reprodução do capital passa a ser um fascinante tema a ser analisado e compreendido<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Margarida Maria MOURA, *Camponeses*, p. 8-16.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 17-19.

Moura chama a atenção para o aspecto místico e religioso relacionado à história camponesa. Há vários exemplos ao longo da história dessa associação. A religião, não raras vezes, constituiu uma base de articulação para os camponeses tentarem alcançar seus objetivos. Associada à vida camponesa, a religião cria formas e fórmulas que atendam os membros do grupo nos momentos agudos de mistério e angústia, como na morte ou doença, ao mesmo tempo em que possibilita a recriação e perpetuação de formas e fórmulas mais antigas de orar, explicar e venerar a divindade, que muitas vezes podem não estar em acordo com a igreja oficial, mas são plenas de sentido para o cotidiano da vida camponesa. O impulso religioso pode se aliar ao interesse político, onde não raras vezes se associaram reivindicações a uma perspectiva messiânica, como aconteceu no Brasil no século XIX, na Alemanha do século XVI e em outras regiões européias. Moura ressalta que, na Alemanha, ocorreram violentas contestações camponesas ao tributo pago ao dono da terra, fosse ele leigo ou religioso, e à doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana, então identificada com os opressores e poderosos. Flandres e França experimentaram idênticas convulsões, nas quais os camponeses invadiram castelos, queimaram casas e plantações, destruíram teares, justificando déspotas, tomando cidades, onde implantaram um novo rei uma nova lei.

As reivindicações camponesas de caráter político e religioso tomaram um caminho diferenciado do que preconizava a Reforma, que de início sinalizava com um novo tempo para esse segmento. Novas seitas foram surgindo, e o desprezo pelos estatutos romanos se fundia em ódio à autoridade secular, aos códigos legais que tentavam desalojar o direito costumeiro da terra, do trabalho, da festa. Se o resultado desses conflitos sociais não trouxe benefícios palpáveis aos contestatários, ao menos eles traduziam a resistência às perdas provocadas pela sociedade feudal e pela perspectiva de vitória da sociedade burguesa. O camponês do século XVI acabou se defrontando contra duas opressões, que, misturadas, sinalizavam para um tempo em profundas metamorfoses. Num tempo social que acabava e que a outro dá início é que o camponês resistia. Moura chama a atenção de que essa resistência não pode ser dissociada das lutas religiosas e políticas do camponês no início da modernidade.

As lutas religiosas e políticas do camponês não podiam ser dissociadas: o governo despótico dos homens seria redimido por um governo vindo de Deus; a desigualdade dos bens terrenos seria substituída pela igualdade evangélica do Paraíso, mas que já na Terra dependia de ações enérgicas e rápidas para sua realização. Como Canudos e o Contestado, que sucumbiram à força militar do Estado, a cidade de Munster, ocupada pelos campones-

ses e artesãos alemães no século XVI, acabou sitiada e tomada pelas tropas católicas. O poder dominante era eficaz, cruel, violento, como tem sido tão variados contextos históricos de luta contra a injustiça e as desigualdades.<sup>11</sup>

João Fragoso compartilha a idéia de que é difícil estabelecer uma única identidade para o camponês da Europa Ocidental moderna, pois as relações econômicas, assim como os tipos de famílias e de sistemas de herança em que eles viviam, eram múltiplos. A diversidade do campesinato era acentuada, assim como era múltipla a Europa dos séculos XVI e XVII<sup>12</sup>. Nela estavam presentes diversas sociedades de tipo antigo com variadas lógicas sociais, o que não impedia que o camponês possuísse estratégias sociais e econômicas e visões de mundo próprias. As estratégias do camponês iam além de um simples reflexo das visões de interesse dos grupos hegemônicos da época. Havia uma “cultura camponesa”, numa concepção já defendida por Carlo Ginzburg, que, apesar de poder absorver valores e ideais dos grupos sociais hegemônicos, o fazia segundo os princípios constituídos e vividos pelos camponeses em seu dia-a-dia. Fala-se aqui da circularidade cultural. Os valores dos estratos dirigentes eram devidamente reinterpretados e, portanto, alterados pelos habitantes da aldeia. A cosmogonia de Menochio descrita por Ginzburg e referenciada em parte neste trabalho constitui um bom exemplo da circularidade cultural que havia entre os grupos hegemônicos e o “homem comum”<sup>13</sup>.

Reforçando as formas e o suporte de sobrevivência em uma cultura camponesa, Fragoso destaca que os camponeses não só possuíam uma cosmogonia própria, mas produziam padrões morais que defendiam e executavam e criavam seus heróis, como também tinham suas estratégias políticas e parentais diante das dificuldades e mudanças dos tempos modernos. Muitas vezes, não apenas recorriam a fragmentos residuais de uma economia moral de um passado perdido, mas criavam mecanismos e instituições que lhes permitiam sobreviver diante das realidades incertas e que ameaçavam a sobrevivência de sua família. Manejavam os preços das terras de acordo com os interesses e relações sociais existentes entre compradores e vendedores. Adotavam partilha de bens que lhes possibilitasse melhores condições de vida e adotavam ofícios e carreiras que garantissem a melhor so-

---

11 Ibid., p. 22-25.

12 A variedade cultural no campo é avaliada por Peter BURKE em seu livro *Cultura popular na Idade Moderna*, p. 56-62.

13 Carlo GINSBURG, *O queijo e os vermes*.

brevidade do grupo. Diante do pensamento de que os camponeses da modernidade não passavam de fracos e oprimidos Fragoso conclui que

se é difícil falar de uma identidade camponesa para a Europa dos séculos XVI e XVII, até porque eram “mil e uma Europas”, uma coisa é certa. Os diversos camponeses possuíam suas culturas e estratégias de vida, fenômenos que lhe retiram o fácil estigma de uma abordagem, talvez romântica, de oprimidos e fracos, para lhes conferir o *status* do homem de carne e osso, com sentimentos e vontades, dando-lhes um papel de agentes históricos.<sup>14</sup>

A resistência camponesa poderia, no entanto, atingir níveis mais sofisticados. As reivindicações do campesinato da Suábia, conhecido por seus *Doze artigos*, articulados à liderança messiânica de Thomas Müntzer, são um exemplo de resistência mais articulada. De acordo com Peter Burke, os camponeses, de forma organizada, resistiam construindo respostas fatalistas, moralistas e tradicionalistas. A fatalista vinha muitas vezes expressa na forma de provérbios e sinalizava que as coisas não podiam ser diferentes. “Deus dá, Deus tira”, o que leva a concluir que, nesta vida, é preciso sofrer e suportar. Contudo, outros achavam que “Deus ajuda a quem se ajuda”. A resposta fatalista, neste caso, transformava-se gradualmente em resposta moralista, que vê os problemas e as injustiças do mundo como sintomas do que está errado na natureza humana, e não do que está errado na ordem social. Não se confunda essa atitude como passiva; ela permitia ações contra vilões sempre que possível. Permitia também o surgimento do herói forda-lei, que investia contra ricos e injustos e ajudava indivíduos pobres e prejudicados, sem modificar o sistema social. Porém, existiam outras formas de respostas.

A resposta moralista podia transformar-se gradualmente numa resposta tradicionalista, que é a de resistir em nome da “velha ordem” a transformações que estejam ocorrendo. A ênfase na defesa de *das alte Recht* podia recair sobre indivíduos perversos que rompiam com a tradição, mas podia recair também sobre novos costumes. Não se caracteriza, portanto, como um conservadorismo insensato, mas uma amarga constatação de que a transformação se faz às custas do povo, associada à necessidade de legitimar o motim ou a rebelião. Os camponeses alemães que se insurgiram em 1525 declararam que estavam defendendo seus direitos tradicionais<sup>15</sup>. Num

---

14 João L. FRAGOSO, *Campepinato europeu, século XVI e XVII: algumas notas historiográficas sobre economia e cultura popular*, in: André L. CHEVITARESE, *O campesinato na História*, p. 122-126.

15 Peter BURKE, *op. cit.*, p. 198-199.



estímulo provocado pela leitura dos documentos reformatórios de Lutero, os camponeses reivindicaram “que nos seja outorgada a qualidade de homens livres por havermos sido redimidos por Cristo, nascido livre, segundo as Escrituras”. O último dos *Doze artigos* dos camponeses estabelecia que “se não se encontram conforme a palavra de Cristo um ou vários dos artigos expostos anteriormente, dispomo-nos de boa vontade a retirar aqueles que fique demonstrado estarem em desacordo com essa palavra, sempre que se nos faça a demonstração por meio das Escrituras”.

A resposta tradicionalista poderia transformar-se gradualmente numa mais radical e chegar ao limite de uma atitude milenarista. Nem todas as reivindicações dos camponeses alemães em 1525 eram tradicionalistas, e nem todas vinham respaldadas na inovação de antigos costumes. Alguns exigiam a abolição da servidão, porque “Deus criou a todos livres”, ou porque Cristo redimira toda a humanidade. A milenarista poderia vir numa concepção de que “chegará o tempo em que os príncipes e senhores trabalharão para o seu pão de cada dia”. Essa concepção estava no discurso de Thomas Müntzer aos camponeses e mineiros da Turíngia em 1525. Na cidade de Münster, nove anos depois, os anabatistas anunciaram uma ordem nova onde “tudo seria comum, não haveria propriedade privada e ninguém mais precisaria trabalhar, mas simplesmente confiar em Deus”<sup>16</sup>.

Este artigo, entre outros assuntos, revela a rebelião camponesa ocorrida na Alemanha nos anos 20 do século XVI. A rebelião teve um forte ingrediente místico, o que não era uma novidade se analisadas outras revoltas que a antecederam. Os camponeses tinham reivindicações que apareceram na forma de *Doze artigos*. Uma vez deflagrado, o processo teve conseqüências. No segundo volume da *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*, George Duby traça considerações que podem servir como antecedentes de uma situação conjuntural que, entre outras, levaria à trágica rebelião liderada por Thomas Müntzer em 1525.

Na origem das revoltas populares camponesas, Duby informa que as crises ocidentais que, no decurso do século XIV, atingiram tão duramente as explorações senhoriais, abalando-as nos seus alicerces, não pouparam os casais camponeses. Tiveram que suportar os esforços dos patrões que, para ultrapassarem suas dificuldades, passaram a exigir cada vez mais dos dependentes, que nem sempre conseguiam resistir. Além de pagar resgates e reparar as explorações senhoriais danificadas, tinham que ainda administrar

---

16 Ibid., p. 199.

os flagelos que os atingiam diretamente. De todos, os menos toleráveis e os que suscitavam mais fortes reações foram, na opinião de Duby, as calamidades de *ordem política*. Os agentes dos príncipes, o aparato para proteger a região, instalavam-se localmente, cabendo aos camponeses assegurar a sua manutenção. Os aldeões não sentiam diferença entre patrulhas amigas ou inimigas, tal era a exploração. Além disso, ainda havia os cobradores da talha, que acabavam pilhando o que conseguiam descobrir. De todos os males que os atingiam, os camponeses sentiam mais pesadamente e com menos paciência o peso da guerra e da fiscalidade exterior. Essa situação suscitou agitações sociais e religiosas que acabaram traduzindo as dificuldades e tensões no seio do povo no campo. Alguns levantes camponeses nitidamente dirigidos contra os encargos fiscais se desencadearam por toda a Europa a partir de 1300. Duby destaca:

Toda esta agitação que amotinou, durante o século XIV, as populações rurais da Europa ocidental mereceria um estudo de conjunto. Os cabecilhas dos camponeses em revolta não pertenceriam às camadas menos favorecidas? O importante será perceber que, apesar da influência que exerciam os amotinados, e sobretudo nos mais humildes, nos pregadores errantes, meio-heréticos, que lhes falavam de Adão e Eva, da igualdade primitiva dos filhos de Deus, e que reacendiam a mística comunitária das companhias de artesãos inflamados de pobreza evangélica, todas estas sublevações só raramente tiveram como alvo a fortuna dos senhores. Se pilhavam e saqueavam as habitações de lazer dos ricos, foi na onda da destruição, no impulso da cupidez mais primitiva e de alguns rancores pessoais. Na realidade, visavam menos o regime senhorial do que um tipo de exploração realizado pelos príncipes e pelos chefes guerreiros. Mais do que o empobrecimento, do que uma depressão generalizada do campesinato, exprimiam a desordem de certos cantões mais oprimidos pelo imposto e pelas guarnições, a impaciência perante as excessivas exigências e os danos constantes. Acrescentemos que estas revoltas foram geralmente de extrema brevidade, sem grandes delongas, sem conseqüências duradouras. Mas a sua freqüência e ubiquidade levam a desejar mais intensamente que se precisem os nossos conhecimentos sobre a verdadeira situação econômica do campesinato no século XIV e no início do século XV.<sup>17</sup>

Ao discutir a Idade Média tardia, Carter Lindeberg destaca que a maioria das pessoas no século XVI eram camponeses que labutavam nas plantações do raiar até o pôr do sol, ou então diaristas que ficavam à mercê de empreendedores urbanos. Sua vida de trabalho acabava encontrando um alívio ocasional nas festividades religiosas, casamentos ou funerais. Em de-

---

17 Georges DUBY, *Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval*, v. 2, p. 212-215.

terminadas áreas, o camponês não passava de um escravo, em outras um pequeno proprietário rural. Sua dieta e moradia nem sempre eram adequadas. Condições variáveis dificultam generalizações sobre a vida dos camponeses. A insensibilidade e o endurecimento eram decorrências da difícil vida camponesa. A classe superior, por via de regra, retratava o camponês como alguém estúpido, grosseiro, repugnante, indigno de confiança e propenso à violência. Esses qualificativos apenas racionalizavam e legitimavam a opressão dos camponeses. Quando se achava encurralado numa situação extrema, o camponês, normalmente de mentalidade conservadora, podia reagir de maneira violenta. Às vezes, voltavam-se uns contra os outros, porém, bem mais sérios que atos individuais de violência eram as irrupções de revolta camponesa coletiva contra a opressão de seus senhores. Lindberg esclarece que a raiva camponesa contra os senhores feudais, que fora reprimida por muito tempo e que se dirigia também contra os senhores eclesiásticos, ajudava a explicar a recepção entusiástica dos primeiros escritos de Lutero, que atacava a autoridade eclesiástica e exaltava a liberdade cristã<sup>18</sup>.

### **A Guerra dos Camponeses**

González, considerando a situação dos camponeses na Alemanha do século XVI, informa que estes tinham sofrido por várias décadas uma opressão sempre crescente, tendo já ocorrido rebeliões em 1476, 1491, 1498, 1503 e 1514. Porém, nenhuma tinha atingido a magnitude da rebelião deflagrada a partir de 1524, além de haver algo novo nessa nova rebelião. O que a diferenciava das rebeliões anteriores era a pregação dos *reformadores*. Mesmo que Lutero não cresse que sua pregação devesse ser aplicada em termos políticos, houve muitos pregadores contemporâneos de Lutero que não concordaram com este ponto de vista. Um deles foi Tomás Müntzer, natural de Zwickau. González relata que, para Müntzer, o que importava não era tanto o texto das Escrituras, mas sim a revelação presente do Espírito Santo. Porém, essa doutrina espiritualista tinha um ingrediente altamente político, pois Müntzer cria que quem nascesse de novo por obra do Espírito deveria unir-se em uma comunidade teocrática para trazer o reino de Deus. Lutero havia obrigado Müntzer a abandonar a região, contudo o decidido pregador regressou e uniu-se à rebelião dos camponeses<sup>19</sup>.

---

18 Carter LINDBERG, op. cit., p. 46-48.

19 Justo L. GONZÁLEZ, *Uma história ilustrada do cristianismo: a era dos reformadores*, p. 81, nota 1.

Mesmo se não fosse considerada a liderança de Müntzer, essa nova rebelião tinha um tom religioso. No documento conhecido como “Doze artigos”, os camponeses apresentavam várias demandas econômicas, mas outras eram de cunho eminentemente religioso. Tratavam de baseá-las todas nas Escrituras, e seu último artigo declarava que, caso fosse provado que algum de seus pedidos era contrário às Escrituras, ele poderia ser retirado. Alguns dos itens apresentados pelos camponeses reivindicavam a livre escolha dos pastores, diminuição dos impostos sobre a terra, utilização dos impostos anteriormente pagos à igreja em benefício das comunidades, abolição da servidão e liberdade para caçar nas grandes florestas pertencentes à nobreza<sup>20</sup>.

Mesmo que Lutero não tivesse visto a relação de reivindicações, a opinião dos historiadores é que a rebelião teve motivação religiosa a partir das pregações de Lutero e seus seguidores, entre os quais se destacava Müntzer. Houve indignação entre os nobres, e Lutero não sabia como lidar com essa situação. Mais do que evidente, a doutrina dos dois reinos<sup>21</sup> era difícil de administrar. Quando Lutero leu as reivindicações dos camponeses, dirigiu-se aos príncipes, dizendo-lhes que o que se pedira era justo. Mas quando a rebelião tomou forma, e os camponeses se armaram, Lutero tratou de dissuadi-los e, posteriormente, instou os príncipes a que tomassem medidas repressivas. Mais tarde, quando a rebelião foi sufocada no sangue, o Reformador exigiu dos príncipes misericórdia para os vencidos. Suas palavras, no entanto, não foram ouvidas, e calcula-se que mais de 100 mil camponeses tenham sido mortos. Essa experiência não foi positiva para a causa da Reforma. Os príncipes católicos culpavam o luteranismo pela rebeldia e, a partir de então, proibiram a pregação da Reforma em seus territórios. Quanto aos camponeses sobreviventes, muitos deles abandonaram o

---

20 *Grandes personagens da história*, nota 3.

21 Segundo Duchrow, a doutrina dos dois reinos é um assunto complexo e sempre parece surgir num ponto em que as teologias luteranas sofrem um abalo que as arranca de sua rotina habitual e são desafiadas por crises. Sendo assim, elas são compelidas a se justificar e a formular aquilo que antes tinha estado meramente implícito. O estudo do luteranismo internacional mostra que a crise do nacional-socialismo trouxe à luz as diferentes posições luteranas dos Estados Unidos, dos países nórdicos e da Alemanha, criando até mesmo conflitos entre elas. O que predominou ao fim foi uma atitude luterana alemã dualista de adaptação, levando a um “completo mutilamento da Convenção Luterana Mundial” no final do “Terceiro Reich”. A experiência acabou pondo em movimento um processo de aprendizagem internacional que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira é examinar com extremo cuidado o pano de fundo histórico de cada caso. A segunda é elaborar critérios essenciais que possibilitem julgar se a doutrina dos dois reinos e/ou dos dois modos de governo foi correta ou erradamente aplicada em cada situação específica.

luteranismo e regressaram à velha fé ou se tornaram anabatistas<sup>22</sup>. Karl Marx designou esta rebelião como o fato mais radical da história alemã, e Lienhard, além de informar sobre preciosas fontes a serem consultadas sobre o fato, coloca o embate entre Lutero e Müntzer como o mais grave conflito teológico entre o Reformador e outros humanistas<sup>23</sup>.

Em geral se tem avaliado que o envolvimento de Lutero na Guerra dos Camponeses e a forma trágica como essa guerra terminou enfraqueceram o movimento evangélico ou, ao menos, modificaram sua natureza. Lienhard destaca que não são poucos os autores de peso que concluem que a intervenção de Lutero, da forma como aconteceu, salvou a obra de sua vida de uma destruição certa, mesmo que tivesse que colocar em jogo sua popularidade. A Reforma cessou de ser um movimento popular, o que se refletiu inclusive na diminuição de estudantes em Wittenberg. De herói de uma nação, Lutero passava a ser não mais que um chefe de partido. O movimento evangélico, segundo críticos, havia se banalizado nas igrejas territoriais. O tempo das ordenanças eclesiásticas tinha chegado, e também o tempo em que passou a ser necessário demitir pregadores cuja pregação fosse julgada revolucionárias demais<sup>24</sup>.

Lienhard destaca que as conseqüências da Guerra dos Camponeses têm sido objeto de juízos severos. Falou-se de uma “chance perdida” para a Reforma, a chance de exercer uma verdadeira mediação entre os diferentes partidos. Com isso, a Reforma perdeu o apoio do campesinato. Ressalta, no entanto, que, frente ao conjunto de juízos negativos, mais numerosos na historiografia marxista, uma reação tem se delineado nos últimos anos, mais precisamente após a publicação de artigo de F. Lau, datado de 1959. Lienhard informa que esse autor estimou que, mais além da Guerra dos Camponeses, a Reforma luterana alemã prosseguiu quase sem ruptura, como movimento espontâneo da burguesia das cidades. A Reforma continuaria junto às camadas médias das cidades, que de todo modo foram as primeiras a acolher favoravelmente o movimento evangélico e que tinham menos razões do que os camponeses para se afastarem após a guerra. De outro lado, observem-se os territórios que não tinham sido tocados pela Guerra dos Camponeses, em particular o norte da Alemanha. Ressalte-se que, no sul da Alemanha, interveio uma opressão que afetou também a Reforma, ao ponto de numerosos pregadores evangélicos terem sido obrigados a se de-

---

22 Justo L. GONZÁLEZ, op. cit., p. 83, nota 1.

23 Marc LIENHARD, op. cit., nota 10.

24 Ibid., p. 369.

fender contra a acusação de terem colaborado para e com a Guerra dos Camponeses<sup>25</sup>.

Walter Altmann conclui que Lutero tinha uma visão fundamentalmente hierárquica da sociedade, hierarquia herdada dos tempos medievais. Rompeu com a tutela do político sobre a igreja, porém manteve incontestada a estrutura hierárquica da sociedade como um todo. É daí que se origina seu freqüente empenho enfático em favor da obediência às autoridades e a sua aversão à insurreição. Com relação à Guerra dos Camponeses, imaginou que a própria causa do evangelho estivesse correndo risco. Foi isso que, segundo Altmann, levou Lutero a opor-se aos camponeses em sua revolta, encorajando os príncipes a sufocá-la violentamente. Altmann acrescenta que não foi uma posição da qual seja possível orgulhar-se hoje. Ao contrário, é preciso envergonhar-se dela, em particular no seu iracundo panfleto *Contra as hordas ladras e assassinas dos camponeses*. Altmann conclui que, uma vez superada a visão hierárquica da sociedade, substituída por uma perspectiva radicalmente democrática, haveria campo para o florescimento de uma abordagem nova<sup>26</sup>.

A guerra pode efetivamente ser incluída no contexto dos movimentos messiânicos. O messianismo tem largo espaço de reflexão na história, e certamente Thomas Müntzer, o profeta rebelde, não poderia ficar de fora<sup>27</sup>. Um dos textos mais conhecidos sobre o assunto foi escrito por Ernst Bloch. O texto, que pode ser caracterizado como um manifesto revolucionário, é também utópico e permeado de elementos que denunciam o lado messiâni-

---

25 *Ibid.*, p. 370.

26 Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 256. Walter Altmann e Roberto Hofmeister Pich traduziram para o português a tese de Marc Lienhard, *Martinho Lutero: tempo, vida e mensagem*. Pela quantidade de fontes que indica, a obra pode ser considerada uma espécie de “livro guia” aos interessados em estudar Lutero e o luteranismo. Sobre a Guerra dos Camponeses é destacado que, lamentavelmente, em língua portuguesa, não há obra de pesquisa histórica à altura do atual estágio de conhecimento. Em uma de suas notas, Altmann informa que, devido às pesquisas mais recentes, a maior parte da literatura que aborda o assunto está ultrapassada. Sem serem exploradas, a exemplo de Marc Lienhard, diversas fontes primárias e secundárias são indicadas sobre o *Bauernkrieg* alemão no tempo de Lutero. Como fontes primárias sobre a Guerra dos Camponeses indicadas e parcialmente comentadas por Altmann, podem ser destacados os seguintes escritos de Lutero: *Exortação à paz; Resposta aos Doze artigos do camponinato da Suábia, Contra as hordas ladras e assassinas dos camponeses e Carta aberta acerca do rigoroso panfleto contra os camponeses*. Os escritos *À nobreza cristã da nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão e Da autoridade secular* podem ser igualmente considerados fontes primárias relevantes para a discussão do contexto em que ocorreu a Guerra dos Camponeses.

27 No contexto da Reforma, Bernardo Campos discute uma Reforma Oficial e uma Reforma Radical. É na Reforma Radical que o autor insere a figura de Thomas Müntzer. De suas reflexões seria possível construir uma visão pentecostal do profeta (Campos, 2002, p. 11-30).

co de Tomas Müntzer<sup>28</sup>. Estou inclinado a pensar que talvez seja essa uma das dimensões mais relevantes na vida do profeta. No entendimento de Ivone Cecília D'Avila Gallo,

historicamente, os profetas representam um elo no seio de uma comunidade e agem como legítimos intérpretes dos desígnios de Deus, conhecedores dos arcanos divinos, aptos a ler a mensagem oculta nos fatos. Quando interpretam os acontecimentos, fazem-no por meio de uma linguagem metafórica e simbólica, em que as alegorias substituem, com sucesso, as regras discursivas correspondentes a um raciocínio lógico. As imagens contidas no discurso do profeta ampliam o sentido da mensagem, quando o público, que ouve, atento, a sua fala, é capaz de visualizar os acontecimentos do futuro. Mas as prédicas não são palavras sem sentido, pois encontram um apoio nos ensinamentos do passado (a Escritura) e são essa memória e essa história que interferem na avaliação do momento presente.

Gallo está se referindo à guerra messiânica do Contestado, que ocorre no Brasil no início do século XX. O que diz dos monges protagonistas da guerra também vale para Thomas Müntzer. Parfraseando a autora, Müntzer cumpriu uma missão política a seu modo, de acordo com sua história pessoal de vida, mas, entre ele e os antigos profetas, denuncia-se um elo cultural que os aproxima na linha temporal<sup>29</sup>.

A influência desse movimento e seu impacto ainda suscitam reflexões neste início do século XXI e devem ser cuidadosamente estudados sob o risco de não se provocar redutivismos comprometedores. De qualquer forma, as discussões e teses de Lutero sobre a forma de o crente se envolver com o Estado, política e coisas do gênero estiverem presentes na transplantação dos luteranos para o Brasil no século XIX, avançaram pelo século XX e continuam presentes na atualidade. É possível que os debates hoje já não gerem a mesma paixão daqueles dos anos iniciais do século XVI, porém não há como negá-los.

---

28 Ernst BLOCH, *Thomas Müntzer, teólogo da revolução*.

29 Cf. Ivone Cecília D'Avilla GALLO, *O Contestado e o seu lugar no tempo*, p. 154.

## Bibliografia

- ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. São Paulo: Ática, 1994.
- BLOCH, Ernst. *Thomas Müntzer, teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1973.
- BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. In: *Variedades em história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.
- CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.
- DUBY, Georges. *Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1962. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1962. v. 2.
- DUCHROW, Ulrich. *Os dois reinos*. São Leopoldo: Sinodal, 1987.
- FRAGOSO, João L. Campesinato europeu, século XVI e XVII: algumas notas historiográficas sobre economia e cultura popular. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. p. 122-126.
- GALLO, Ivone Cecília D'Avilla. O Contestado e o seu lugar no tempo. *Tempo*, n. 11, jul. 2001.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONZÁLEZ, Justo L. *Uma história ilustrada do cristianismo: a era dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1980.
- GRANDES PERSONAGENS DA HISTÓRIA. São Paulo: Abril, 1972.
- HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LIENHARD, Marc. *Martinho Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. As grandes teorias explicativas da questão agrária. In: *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.